

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise acerca da  
relevância e efeitos**

NOME DO(A) AUTOR(A): Gabriela Fernandes

NOME DO(A) ORIENTADOR (A): Fernando Burgos Pimentel dos Santos

São Paulo – SP

2019

## **As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise acerca da relevância e efeitos**

### **Resumo**

[INTRODUÇÃO] O Programa Bolsa Família foi uma estratégia adotada pelo país de combate à pobreza. O sucesso desse modelo de programa de transferência de renda é um dos motivos para sua alta disseminação na América Latina. Com o recente aumento das taxas de pobreza, relacionado com um contexto de crise econômica, faz-se relevante entender quais foram os efeitos que as condicionalidades de educação têm na vida dos beneficiários e como ela contribuiu para os objetivos do Programa. [METODOLOGIA] Para a realização da pesquisa de campo foram utilizadas as discussões promovidas por May (2004) e Spink (2008). Ao todo, foram entrevistadas vinte e sete famílias no Jardim Ângela a partir do contato com o Serviço de Assistência Social à Família. Foram consideradas conversas realizadas com vinte quatro mulheres, todas com, pelo menos um filho em idade escolar, que compreende a faixa dos 6 a 17 anos. [RESULTADOS] Em relação as condicionalidades, existem dados que demonstram melhorias na situação educacional brasileira creditados ao Bolsa Família. No campo, verificou-se que as beneficiárias estão sujeitas a vulnerabilidade de natureza diversa. Em relação ao cumprimento da norma, as vulnerabilidades das famílias e falhas nas políticas públicas são desafios. [CONCLUSÕES] O programa promove ganhos importantes no que diz respeito a vulnerabilidade social e a educação dos beneficiários como o aumento da frequência escolar. Por outro lado, as condicionalidades contribuem para estigmatização da população, na medida em que promovem uma obrigação moral inexistente. Em relação aos objetivos do programa, o acúmulo de capital humano passa por melhorias estruturais na provisão de outros serviços para além da assistência social.

**Palavras-chaves:** Programa Bolsa Família, pobreza, condicionalidades, educação

## 1. Introdução

Entre 2003 e 2013, a América Latina viveu a chamada Década de Ouro, no qual o crescimento econômico da região torna-se notável pelos altos preços das commodities (Banco Mundial, 2019). Esse cenário, juntamente com as iniciativas tomadas de combate à pobreza pelos governos nacionais, contribuiu para uma queda nos indicadores de pobreza durante a década.

A políticas ligadas à temática estavam em pauta a partir da década de 1990, sendo os programas de transferência direta de renda com condicionalidades, a alternativa mais disseminada na região. Tal modelo foi pensado a partir da existência de reformas governamentais feitas para melhorar a eficiência do combate à pobreza (Ibarrarán, et al., 2017). Atualmente, é possível dizer que esse é o modelo de programa redistributivo mais consolidado, em grande medida pela verificação dos impactos positivos de sua implementação (Ibarrarán, et al., 2017).

A iniciativa adotada pelo Brasil foi a instituição no programa Bolsa Família em 2003<sup>1</sup>. Esse e outros programas da região adotaram condicionalidades de educação e saúde, com foco nas crianças no caso brasileiro, variando no modelo de acordo com as especificidades locais. A escolha pela formação dessa política indica que as contrapartidas são vistas como uma forma de ampliar o capital humano das famílias, contribuindo para a superação intergeracional da pobreza, enquanto a transferência alivia momentaneamente a mesma.

A partir de 2014, o cenário econômico muda e o Brasil passa a registrar uma variação de três pontos percentuais positivos no aumento da taxa de pobreza monetária observando até o ano de 2017 (Banco Mundial, 2019). Nesse momento, o programa Bolsa Família passa de seus dez anos de implementação. Com isso, pode-se dizer que o efeito das condicionalidades em educação foi experimentado por famílias cujas crianças e jovens foram matriculados e frequentaram a escola em decorrência da obrigatoriedade que o Programa criou.

---

<sup>1</sup> A primeira iniciativa de transferência de renda com condicionalidades no Brasil foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Ele foi criado em 1996 para combater o trabalho infantil nas carvoarias de uma região do Estado de Mato Grosso do Sul. O recebimento da Bolsa Criança Cidadã, transferência parte do programa, tinha como condicionalidade a frequência mínima da criança e do adolescente no ensino regular e em uma das iniciativas do programa chamada de Jornada Ampliada (Brasil, 2001). Outra iniciativa precursora do Bolsa Família foi o Programa Bolsa Escola. Instituído em 2003, ele consistia em bolsas para crianças e jovens de 7 a 14 anos, cujo recebimento da transferência, cujo recebimento estava vinculado a determinada frequência escolar (Bichir, 2010).

A relevância desta pesquisa relaciona-se diretamente com a existência dessa geração que foi beneficiária do programa durante toda sua idade escolar e o atual cenário econômico, tendo em vista a relação entre os ganhos sociais na última década, um contexto econômico favorável para executar tais políticas (Banco Mundial, 2019) e a atual piora dos indicadores sociais.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar qualitativamente se as condicionalidades de educação deveriam estar incluídas na formulação do Bolsa Família considerando seus possíveis efeitos nas famílias beneficiárias e os objetivos do Programa. Como objetivos secundários, busca-se verificar se a inclusão no Programa Bolsa Família gera efeito nos anos de escolaridade das crianças e jovens mediante ao cumprimento de condicionalidades em educação e verificar de que forma a obrigatoriedade de estar matriculado e frequentar a escola previne o trabalho infantil.

O trabalho está estruturado inicialmente com uma revisão teórica na primeira seção dividida em três partes. A primeira, *Moralidade e condicionalidades nos programas de transferência de renda*, discute a formulação dos programas a partir da ótica do Estado e da visão social sobre os pobres e a pobreza. A segunda parte, *O Programa Bolsa Família*, trata do programa, suas regras institucionais, diretrizes e descrição do público alvo. A terceira parte, *As condicionalidades de educação no Bolsa Família*, discute o modelo de condicionalidades e como as experiências latino-americanas variam quando se formula o arranjo da política.

A segunda seção trata sobre a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. A terceira seção, *As vulnerabilidades das famílias no cotidiano*, trata sobre a pesquisa de campo, as entrevistas e as observações feitas a partir da vigência no espaço. A quarta seção, *As condicionalidades de educação*, analisa os dados coletados no campo que estão relacionados as condicionalidades de educação. A quinta seção apresenta as conclusões do trabalho.

## 2. Teoria

### Moralidade e condicionalidades nos programas de transferência de renda

A discussão sobre pobreza está presente no meio acadêmico nas últimas décadas a partir de abordagens diversas. Uma concepção presente no debate é a que trata a pobreza como um fenômeno individual, cuja implicação é a de que pessoas pobres são responsáveis por sua própria condição como pobres. Dentro desses aspectos, historicamente criou-se na literatura responsável por tratar da questão uma série de justificativas – morais, biológicas e culturais – de porque é aceitável relacionar pobreza a mérito pessoal (Katz, 2013). Para Katz, a associação entre pobreza e moralidade está presente na análise de fatores como preguiça, comportamento imoral, ausência de capacidades necessárias para determinado trabalho ou problema familiares como adultério, divórcios, entre outros problemas. Tal visão guarda em si a possibilidade de superação dessa condição de pobre pelo próprio indivíduo, o que aconteceria mediante a ações corretivas de hábitos ou práticas consideradas inadequadas. Uma das grandes problemáticas que envolvem tal visão é que ela dispensa em grande medida qualquer ação do Estado no enfrentamento da pobreza porque a transforma numa escolha de caráter particular.

Outros dois aspectos que tal interpretação engloba tem respaldo em teorias biológicas e culturais. No século XX, houve um forte movimento de transposição das ideias presentes na Teoria da Evolução de Charles Darwin ao comportamento humano com o Darwinismo Social. Dessa forma, os pobres seriam pessoas geneticamente inferiores porque seu comportamento imoral seria resultado de hereditariedade – tal justificativa esteve presente no Brasil dos séculos XIX e XX aplicada a questões raciais considerando negros como degenerados, doentes e intelectualmente incapazes, abandonando-os em uma situação de miséria (Schwarcz, 2001).

O aspecto cultural presente na discussão diz respeito à comportamentos e valores que contribuem para perpetuação da pobreza e dependência (Katz, 2013). Considerando a importância da cultura, é possível analisar e inferir que os indivíduos “podem ter aprendido a adaptar seus desejos à sua sorte” (Sen, 1985, p.191), o que significaria que sua resignação mediante à própria realidade se dá pela ausência de outras perspectivas que não foram oferecidas a eles em decorrência da ausência de renda, serviços básicos, acesso à direitos e provimento de diversas outras necessidades. Considerando as três categorias, o resultado de individualizar a

pobreza vem na formação de duas outras categorias de análise, opostas, modificadas e adaptadas ao longo da história: pobres mercedores e pobres não mercedores.

A ideia de merecimento diz respeito ao quanto as pessoas devem ser responsabilizadas por sua própria pobreza (Katz, 2013) e conseqüentemente ao quanto o Estado deve ajudá-las a superar tal condição. As pessoas não mercedoras têm, de acordo com tal visão, as condições necessárias para superar a pobreza, mas não o fazem por escolha própria. Já as pessoas mercedoras da atuação do Estado são aquelas “cuja responsabilidade por sua condição não lhe pode ser atribuída.” (Katz, 2013, p. 3; tradução própria).

A pobreza como questão individual liga-se também a ideia de que ela é a ausência de recursos materiais ou renda. De acordo com tal perspectiva, a superação de condições precárias passaria pelo trabalho, considerando o como um valor moral absoluto (Sennett, 2004) que garantiria renda alterando, assim as condições socioeconômicas dos indivíduos.

Outra ótica de análise, considera que esse problema é uma consequência das economias capitalistas e da ausência de mecanismos de mercados que distribuíssem riqueza e contribuíssem para uma melhora das condições de vida daqueles apartados desse processo (Katz, 2013, p. 272). As implicações dessa afirmação podem se converter negativamente numa estagnação no combate à pobreza, pensando que por se tratar de questões estruturais do sistema capitalista, a margem de ação individual diminua suficientemente para que haja uma naturalização do status quo a ponto de considerar a marginalização de determinados indivíduos e grupos como algo imutável.

Uma abordagem multidimensional da pobreza baseia-se na ideia de que ela “deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação” (Sen, 2000, p.109). Para Sen, as capacidades básicas são mecanismos para se atingir determinado bem-estar, chamados por ele de funcionamentos, que variam de pessoa para pessoa. Dessa forma, um indivíduo que se encontra numa situação de pobreza pode ser impedido por fatores diversos de desenvolver aquilo que considera valoroso para si próprio.

Ainda de acordo com tal análise, alguns critérios que seriam relevantes para medir a pobreza dizem respeito a verificação de “uma alta taxa de desemprego (...), a disponibilidade de assistência de saúde, a presença de discriminação de gênero na distribuição dos recursos nas famílias” (Sen, 1997, p.214), além de elementos como “alfabetização e educação em geral,

assim como discriminação social e cultural (fatores que são determinantes também para obter um emprego e, portanto, uma fonte de renda autônoma)” (Rego e Pinzani, 2013, p.158).

No Brasil, uma das ações de combate à pobreza, é o Programa Bolsa Família, política pública de transferência de renda com condicionalidades de saúde e educação. A concepção básica do programa – e de outras iniciativas semelhantes – diz respeito a duas etapas. A transferência de renda tem como finalidade o alívio imediato da pobreza mediante ao aumento do consumo das famílias beneficiárias e as condicionalidades são incluídas para contribuir na acumulação de capital humano, tida como uma forma de combater a pobreza estrutural (Ibarrarán, et al., 2017). A abordagem das condicionalidades pode ser vista, portanto, como uma forma de combate à pobreza de maneira multidimensional (Rego e Pinzani, 2013).

A literatura sobre o tema traz, por outro lado, abordagens que vão além da visão de condicionalidades como ampliadoras do acesso à direitos sociais, como o conceito de governabilidade, cunhado por Foucault, que

nos possibilita compreender as políticas sociais como projetos políticos formados de discursos morais que modelam a vida dos indivíduos e grupos. Nesse sentido, as políticas públicas seriam o resultado de disputas em torno de projetos políticos, de interesses, de representações sociais e de valores morais distintos (Foucault, 2009, p. 60).

No caso do Bolsa Família, uma das interpretações morais acerca da inclusão das condicionalidades, pode indicar uma concepção de adestramento dos pobres para serem o que Marins chama de “bons pobres”. Espera-se do beneficiário que ele faça um bom uso do recurso recebido e dê atenção especial ao cuidado com as crianças – pela obrigação da frequência escolar, cumprimento do calendário vacinal e realização do pré-natal –, para que elas sejam aquelas que efetivamente poderão sair do ciclo intergeracional de pobreza (Marins, 2017).

A categorização de bons pobres remete a ideia de pobres mercedores e não mercedores. Se o conceito for transportado para a realidade do programa, com foco nas condicionalidades de educação, mercedoras são aquelas famílias que mantém seus filhos na escola com a frequência adequada a faixa etária.

Pais que sem motivo ou por razões injustificáveis – gravidez precoce, mendicância, negligência por parte dos pais ou responsáveis, trabalho infantil, violência ou exploração sexual e violência doméstica (Brasil, 2007) – não mantém seus filhos na escola, são pais não

merecedores do programa porque tiveram condições de superar a pobreza por meio dele, mas não o fizeram.

Ainda no caso daqueles beneficiários que seriam considerados como “bons pobres” ou merecedores, julgamentos morais são utilizados e as condicionalidades são impostas como uma forma de vigilância (Marins, 2017). Uma certa vigília é feita, em alguns momentos, por meio dos atores institucionais que usam seus cargos de maneira arbitrária com a justificativa da oficialidade do Estado (Bourdieu, 2012). Isso é exemplificado pelo relato de uma professora que ameaçava dar falta a um aluno, o que acarretaria na perda do benefício, como forma de controlar seu comportamento em sala de aula (Marins, 2017). Esses atores usam do poder de distinção do Estado, entre pobres que necessitam e que não necessitam dele (Marins, 2017) e da concepção tida pelos beneficiários de que “há mais vergonha do que reconhecimento valorativo de sua condição” (Marins, 2017, p.44) para exercer controle sob eles. De acordo com relatos de alguns beneficiários de Itaboraí, observa-se que a vergonha é fundamentada no valor moral absoluto do trabalho (Sennett, 2004) e na ideia de ser dependente do Estado, o que para alguns é tido como uma forma de humilhação perante a sociedade (Duvoux, 2009).

Draibe (2007) aponta formulações que guardam semelhança com as críticas apresentadas por Katz (2013) e Marins (2017). Segundo a autora, há uma relação vigente entre o modo como as políticas sociais são desenhadas e a estrutura capitalista que é desenvolvida em determinados locais, sendo o enfoque na inserção produtiva uma das alternativas comuns aos regimes de bem-estar social presentes na América Latina.

Esse enfoque é responsável em parte pela noção de Estado de Bem-Estar Ativo ou active welfare como

aquele que enfatiza a redução dos riscos sociais mediante a educação e a capacitação, como objetivo de transformar os cidadãos de meros receptores passivos de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, co-produtoras da sua própria proteção social. (Draibe, 2007, p.6)

Tal concepção valoriza o tipo de política social que contribui para ampliar o crescimento econômico e a participação das pessoas na geração da própria renda, supostamente diminuindo a dependência do cidadão em relação ao Estado. Nesse sentido, a experiência dos programas de transferência de renda, altamente disseminados na América Latina, servem de modelo. A educação e a capacitação citadas podem ser vistas como as condicionalidades de educação em programas como o Bolsa Família, modelo do caso brasileiro.

O ponto crítico posto por Draibe (2007) é que essas políticas reforçam a ideia de beneficiários como merecedores e não merecedores da ação estatal e impõe a moralidade do formulador e do Estado em si para os beneficiários da política pública.

### O Programa Bolsa Família

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma ampliação de políticas públicas voltadas para o combate à desigualdade social (Bichir, 2010). A expansão dessas políticas esteve fortemente relacionada à garantia da igualdade como um dos direitos de todos os cidadãos (Brasil, 1988) e começou a se concretizar via programas de universalização do acesso à saúde, rompendo com a vinculação que os serviços públicos dessa área tinham, anteriormente, ao trabalho formal (Bichir, 2010).

Estima-se que após a década de 1980, o governo tenha empregado 25% do produto interno bruto em programas com esse objetivo e entre 1995 e 2009, o gasto social per capita tenha subido de R\$ 1400 para R\$ 2800 por habitante (Castro et al., 2011). Dentre tais gastos, pode-se dizer que a temática do combate à pobreza entrou na agenda pública a partir desse novo marco legal, uma vez que a erradicação da mesma foi estabelecida como um dos objetivos da república no texto constitucional (Brasil, 1988).

O Programa Bolsa Escola, uma das iniciativas posteriores relacionadas ao combate à pobreza e universalização do acesso ao ensino fundamental, foi instituído na esfera federal em março de 2001, depois de serem observadas iniciativas locais em algumas cidades do centro-sul do país (Bichir, 2010). O programa consistia no fornecimento de bolsas de estudos de 15 reais para crianças de 7 a 14 anos, cuja renda per capita fosse de até 90 reais, sendo obrigatório o cumprimento de condicionalidades como frequência escolar e cuidados em saúde. Além disso, eram previstas para os beneficiários atividades de promoção de cidadania e ações socioeducativas (Valente, 2003).

Em 2003, durante o governo Lula, o Programa Bolsa Família foi criado via unificação de programas federais da gestão FHC como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, ocorrendo assim a ampliação do volume de gastos empregados em programas de natureza social. Segundo a Cartilha do Programa (Brasil, 2015), o objetivo do mesmo é a superação da pobreza via transferência direta de renda, cuja finalidade é o alívio da situação

imediate da pobreza e ampliação do acesso a serviços básicos como saúde e educação, como forma de contribuir para a superação intergeracional da pobreza.

Têm direito a participar do Programa famílias pobres com renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 e extremamente pobres com renda mensal de até R\$ 89,00. O valor do repasse depende da condição socioeconômica e da composição familiar. Existem quatro categorias de repasses: benefício básico, benefício variável, benefício variável de vinculado ao adolescente e benefício para a superação da extrema pobreza - o segundo é concedido a famílias com gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes de até 15 anos, o terceiro é destinado a famílias com jovens de 16 e 17 anos e o quarto destinado para famílias cuja renda per capita não atinja R\$ 89,00 com o recebimento dos benefícios supracitados.

Quando inseridas no Bolsa Família, os beneficiários devem cumprir determinadas condicionalidade de saúde e educação para se manterem no programa, de acordo com a cartilha disponibilizada no site do Ministério do Desenvolvimento Social. As gestantes devem fazer acompanhamento pré-natal regular, crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário vacinal atualizado e “fazer acompanhamento do crescimento e desenvolvimento”. No que diz respeito à educação, crianças, adolescentes e jovens devem estar matriculados na escola e cumprir frequência escolar de acordo com a idade adequada – entre 6 a 15 anos, a frequência mínima deve ser de 85% das aulas ofertadas e de 16 a 17 anos de 75% das aulas.

De acordo com a literatura existente acerca de programas de transferência de renda, o desenho institucional do Bolsa Família indica algumas noções presentes pelos formuladores dessa política pública. Por ser restrito a um determinado público alvo, selecionado de acordo com a renda, e não aberto a todos os cidadãos, como o Sistema Único de Saúde, o Bolsa Família é considerado uma política pública focalizada. Ele foi desenhado para que os serviços do Estado e o uso dos recursos públicos fossem empregados de maneira mais eficiente, atendendo aqueles que mais necessitam de assistência estatal (Bichir, 2010). Outro ponto relevante é que a ausência de um tempo específico para ser beneficiário do programa e a inclusão de condicionalidades, que reforçam o cumprimento de direitos constitucionais, fazem com que o programa demonstre um entendimento multidimensional e estrutural da pobreza, no qual esforços constantes devem ser empregados para a superação da mesma (Bartholo, Falcão e Paiva, 2013).

### *As condicionalidades de educação no Bolsa Família*

A partir da década de 1990, os programas de transferência direta de renda com condicionalidades se espalharam pela América Latina devido a reformas feitas nas iniciativas governamentais de combate à pobreza para torná-las mais eficientes – o que resultou em programas focalizados (Ibarrarán, et al., 2017). Atualmente, é possível dizer que esse é o modelo de programa redistributivo mais consolidado na região, em grande medida pela verificação dos impactos positivos de sua implementação (Ibarrarán, et al., 2017).

No que diz respeito às condicionalidades, a formulação dos mesmos considera que elas são uma oportunidade única de promover aumento de capital humano e que por isso, são indispensáveis para que os objetivos a longo prazo do programa sejam atingidos (Ibarrarán, et al., 2017).

As condicionalidades de educação são recorrentes na formulação desses programas, com ênfase na obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar dos filhos dos beneficiários. Assim como observado em avaliações ocorridas no Brasil (Jannuzzi e Pinto, 2013), bons resultados foram notados no México, que em um período de três a cinco anos conseguiu aumentar a média dos anos de escolaridade de seis meses para um ano (Barham, Macours e Maluccio, 2013).

Tendo em vista a necessidade de adaptar as condicionalidades a realidade e questões escolares de cada lugar, surgiram algumas experiências no qual o pagamento e as contrapartidas variam para atender tais demandas (Ibarrarán, et al., 2017).

Observa-se que em alguns casos, o pagamento é usado como uma forma de incentivar determinados comportamentos nos beneficiários. No México, foi implementado um sistema de bônus para famílias com meninas com a finalidade de reduzir o abandono escolar, após a verificação da relação entre o mesmo e questões de gênero. A Jamaica adotou um bônus semelhante, mas destinado a famílias com meninos. No Chile, alunos beneficiários da quinta série até o último ano do ensino secundário ganham bônus por bom desempenho escolar.

Uma das preocupações expressas pelos formuladores dessas políticas diz respeito ao engajamento dos jovens em cumprir com a frequência escolar, considerando que ele não é o beneficiário direto do dinheiro e sim seus pais, sendo mais comum a mãe de família. Como forma de atender essa demanda, o México fez alguns testes em seu programa para analisar se

entregar o dinheiro diretamente aos estudantes representaria um ganho na diminuição do abandono escolar (Ibarrarán, et al., 2017).

Por fim, na Costa Rica observa-se que as condicionalidades são direcionadas aos alunos de apenas uma determinada faixa etária, dos 13 aos 18 anos, como forma de incentivo ao ensino secundário e combate o abandono escolar nessa faixa de idade, que é um problema educacional do país (Ibarrarán, et al., 2017).

### 3. Métodos

A metodologia para realização desta pesquisa consiste em duas fases principais. Na primeira parte, foi realizado uma revisão teórica acerca do julgamento moral feito sobre a pobreza e os pobres com base da obra de Katz (2013) e de como tais visões ainda estão presentes na atualidade na formulação das políticas públicas de combate à pobreza como o Bolsa Família a partir da discussão de Draibe (2007) e Marins (2017). Posteriormente, a revisão da literatura focou na discussão feita sobre o Bolsa Família, olhando para os debates de sua formulação e sua estrutura atual de acordo com Bichir (2010) e Rego e Pinzani (2013). Por fim, buscou-se entender a opção latino-americana pela inclusão de condicionalidades nos programas de transferência de renda e quais foram os impactos de tal escolha a partir da discussão feita por Ibarrarán (et al.,2017)

Para a realização da pesquisa de campo foram utilizadas as discussões promovidas por May (2004) e Spink (2008). Para as entrevistas no campo, optou-se pelo método de entrevista semiestruturada. A justificativa para tal baseia-se na existência de um questionário que ao ser aplicado, permite que haja comparabilidade entre as respostas dos entrevistados. Porém, há possibilidade do pesquisador de incluir outros questionamentos conforme o desenvolver do contato com as pessoas, fundamental para entender os efeitos do Programa.

Esse método de entrevista dialoga também com a discussão feita por Spink (2008) sobre ser pesquisador no cotidiano. O papel do pesquisador pensado nesses moldes se dá a partir do entendimento de que ele se torna parte do encontro e da interação entre as pessoas em determinado espaço e que tais interações são valiosas para o entendimento do que se pesquisa.

No limite, a abertura desse modelo de entrevista e o que se fez como metodologia de pesquisa no campo relaciona-se com a pergunta proposta por Spink: “O que é mais importante, uma lista de pontos a serem verificados para determinar a validade do método ou uma disponibilidade para o diálogo?” (Spink, 2008, p.76). A construção desse diálogo foi parte fundamental para a análise de cada espaço, das relações entre mães e filhos, e entre os beneficiários e os agentes que representavam o Estado, como forma de buscar entender como o cotidiano daquela população era afetada pelas condicionalidades.

O contato com as famílias ocorreu a partir de um primeiro contato, obtido pela Mariel Deak, com o Erasmo dos Santos, gerente do SASF Jardim Ângela IV, localizado na Avenida Comendador Sant’Anna, 1932, Capão Redondo, São Paulo. O SASF, Serviço de Assistência

Social à Família, é um serviço pertencente a rede de proteção básica da Assistência Social, cuja atuação se dá nos domicílios das famílias em situação de vulnerabilidade social, idosos e pessoas com deficiência. O objetivo desse serviço é fortalecer a função protetiva da família, prevenindo o rompimento dos laços familiares e comunitários, mediante ações de caráter protetivo, proativo e preventivo (Prefeitura de São Paulo, 2011). Nos bairros que possuem tal serviço, há forte presença de associações da sociedade civil, o que faz com que haja parcerias entre o Estado e as mesmas na execução das atividades. Relacionado com o atual projeto de pesquisa, o SASF foi escolhido como método de aproximação com as famílias em decorrência de seu objetivo de acompanhar e monitorar as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com foco naquelas que não cumprem as condicionalidades estabelecidas pelo mesmo.

O funcionalismo do serviço é composto por um Gerente de Serviço II de nível superior, preferencialmente formado em Serviço Social; quatro técnicos de nível superior, sendo dois formados em Serviço Social e dois formados em Psicologia ou Pedagogia; oito orientadores socioeducativos de nível médio, com experiência em serviços e programas socioassistenciais e preferencialmente residentes no território; um auxiliar administrativo de nível médio e dois agentes operacionais para limpeza, manutenção e manuseio de alimentos.

A escolha das famílias visitadas foi feita pelos orientadores socioeducacionais dos serviços a partir da comunicação da temática da pesquisa. Ao todo, foram entrevistadas vinte e sete famílias em três dias de ida ao campo. Quando chegamos nas casas, eu era apresentada como pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e os orientadores perguntavam para as mulheres se eu poderia fazer algumas perguntas relacionadas ao Programa e suas condicionalidades. As entrevistas foram realizadas majoritariamente na casa das mulheres, na cozinha, ou de frente para o portão ou porta de entrada.

Para fins de análise, três visitas serão excluídas por se tratar de visitas à idosos que não eram responsáveis legais por crianças e adolescentes sujeitos às condicionalidades de educação do programa. Nesses casos, esses idosos tinham netos que recebiam Bolsa Família mediante o cadastro de seus responsáveis, que compunham outro núcleo familiar, ainda que as crianças passassem boa parte de seu tempo na casa dos avós e estivessem presentes durante as visitas.

Serão consideradas conversas realizadas com vinte e quatro mulheres, todas com, pelo menos um filho em idade escolar, que compreende a faixa dos 6 a 17 anos.

Entrevistada	Número de filhos	Número de filhos em idade escolar
Entrevistada 1	4	3
Entrevistada 2	3	2
Entrevistada 3	2	2
Entrevistada 4	4	4
Entrevistada 5	6	6
Entrevistada 6	1	1
Entrevistada 7	3	3
Entrevistada 8	4	4
Entrevistada 9	3	2
Entrevistada 10	2	2
Entrevistada 11	2	2
Entrevistada 12	1	1
Entrevistada 13	6	3
Entrevistada 14	4	4
Entrevistada 15	2	2
Entrevistada 16	1	1
Entrevistada 17	1	1
Entrevistada 18	4	3
Entrevistada 19	2	1
Entrevistada 20	4	4
Entrevistada 21	4	2
Entrevistada 22	3	2
Entrevistada 23	4	3
Entrevistada 24	2	1

Fonte: Elaboração própria

#### **4. As vulnerabilidades das famílias no cotidiano**

A experiência no campo dessa pesquisa conhecendo uma parte do funcionamento do SASF, as interações entre burocratas e beneficiárias da política e, principalmente, uma parte do cotidiano das mulheres ajuda a visualizar melhor o conceito de pobreza multidimensional, amplamente discutido na literatura sobre pobreza e programas de transferência de renda. Apesar disso, esse contato tido é insuficiente para entender a complexidade do dia a dia das mulheres que foram ouvidas, mas relevante para pensar em políticas públicas cujos objetivos estejam diretamente relacionados com a melhora das condições de vida dessas pessoas.

A primeira dimensão que mostrou a vulnerabilidades das beneficiárias do Jardim Ângela foi o espaço físico onde as conversas ocorreram. Com poucas exceções, as casas eram pequenas, escuras e com problemas de ventilação e umidade, cujos impactos na saúde das crianças foram vez ou outra espontaneamente mencionado nas conversas. As mulheres cuja casa estava em melhores condições, com reboco, tinta ou algum revestimento, relataram que o dinheiro que elas ganhavam por mês era insuficiente para pagar o aluguel e mantê-los naquela moradia. Das vinte e sete famílias com quem conversei, oito foram beneficiárias de um programa chamado Vivenda, uma iniciativa que reforma um cômodo da casa de favelas e bairros periféricos de algumas regiões da Zona Sul da cidade de São Paulo. Em todos os casos o lugar escolhido foi a cozinha, sendo visível a discrepância entre esse e os demais ambientes da casa.

A dimensão de gênero e como ela interfere no cotidiano das família também ficou bem marcada no campo. Em cerca de oito das vinte e sete casas visitadas, o pai das crianças foi citado como presente no convívio familiar. Conforme citado em diversas outros trabalhos como Rego e Pinzani (2013), as mulheres ocupam um papel central em todas as famílias, sendo na maioria dos casos a única responsável pelas crianças e adolescentes e pela renda da casa. A percepção sobre o papel do homem é que sua presença está fortemente associada ao relacionamento romântico-afetivo com as mulheres, mães das crianças. Na conversa com a entrevistada 1, ela citou que o ex-marido eventualmente contribui com obrigações materiais como botijão de gás, mas não divide responsabilidades do dia a dia com ela, como levar as crianças para escola. Também nesse sentido, a entrevistada 4 comentou, por exemplo, que o pai não está presente na vida familiar porque sua relação com ele “não deu certo” e que ele só paga pensão de um dos quatro filhos, cerca de R\$150 mensais.

A temática das drogas e do tráfico também esteve presente durante o campo. Uma das orientadoras socioeducacionais que acompanhou as visitas relatou que o tráfico é uma

alternativa na região considerando que a escola não tem a atratividade necessária para crianças e adolescentes. Caso fosse contrário, ela acredita que isso poderia inviabilizar ou diminuir as chances dos menores de idade serem aliciadas. A orientadora também creditou o aliciamento que ocorre as baixas expectativas dos jovens, que ela acompanha, sobre o futuro, comentando que “eles deixaram de sonhar” dado as dificuldade de concretizar alguns sonhos.

Antes da visita a entrevistada 5, a polícia estava presente na rua enquadrando alguns jovens que estavam com maconha, sendo um deles primo da entrevistada. Nesse e em outros momentos, os orientadores do SASF relataram que a violência policial é constante no bairro, apesar de aparentar melhoras na última década. A orientadora 2, que estava nesse dia, comentou depois da cena que já presenciou uma execução policial contra um adolescente enquanto estava em serviço.

Uma das consequências dessa violência é que a população não confia nos agentes policiais entendendo que a presença deles representa mais perigo do que a presença do tráfico. Em uma das entrevistas, uma idosa relatou que recorreu aos chefes do tráfico para fazer com que o seu genro parasse de molestar uma de suas netas. No limite, percebe-se que os agentes do Estado, representados pelos policiais, agem contra a população, produzindo uma tensão entre eles e o Estado e deixando a população mais vulnerável.

Outro problema para os moradores do Jardim Ângela é a insegurança alimentar. Ela foi vista no relato de dependência de entidades filantrópicas como a igreja para obtenção de alimentos da entrevista 10. Na entrevista 23, a beneficiária queria uma cesta básica, benefício eventual do CRAS, Centro de Referência de Assistência Social e porta de entrada para os serviços socioassistenciais, concedido quando há disponibilidade, o que segundo a orientadora 4 é raro pela grande procura. Relacionado a isso, a reclamação sobre a falta de leite em pó distribuído pela prefeitura municipal também foi vista nas entrevistas 10 e 12.

## 5. As condicionalidades de educação

### Resultados e debates teóricos sobre as condicionalidades

No Brasil, encontram-se resultados positivos em relação a educação, uma das áreas no qual há condicionalidades. Observa-se a diferença de resultados escolares no Ensino Fundamental e Ensino Médio entre beneficiários e não beneficiários do programa (Jannuzzi e Pinto, 2013). O abandono escolar é menor entre os estudantes do Bolsa Família no início (1,8% e 1,5%) e no fim do ensino fundamental (4,4% e 4,8%). Outro dado importante apontado é que, durante os anos analisados no estudo, houve uma redução de 40% da proporção de meninos e de 30% da proporção de meninas entre 6 e 16 anos fora da escola. Em relação a aprovação, observa-se maior dificuldade dos alunos beneficiários nos anos iniciais (88,7% em relação aos beneficiários e 95,8% em relação aos não beneficiários), porém há uma diminuição da diferença quando o ciclo termina (80,8% em relação aos beneficiários e 83,8% em relação aos não beneficiários). Tal diminuição é atribuída à formação de um hábito escolar por meio da regularidade elevada na frequência às aulas (Jannuzzi e Pinto, 2013). No final do Ensino Médio, essa taxa é 4,2 pontos percentuais mais alta para os alunos beneficiários.

Em relação a conclusão da educação básica e distorção idade série na rede pública, observou-se que 75,6% dos beneficiários de 15 anos concluíram o ensino fundamental enquanto a porcentagem entre os não beneficiários era de 79,4%. Além disso, em relação aos jovens de 19 anos, a taxa nacional de conclusão do ensino médio é de 49%, sendo que dos jovens da mesma idade, pertencentes a classe dos 20% mais pobres, somente 29% concluiu o ensino médio e em relação aos jovens pertencentes a classe dos 20% mais ricos, cerca de 78% conclui o ensino médio com até 19 anos.

Outros autores reforçam o impacto do programa na ampliação da frequência escolar das crianças beneficiárias (Bastagli, 2008). Como efeito marginal da ampliação da frequência observou-se também uma redução do trabalho infantil no Nordeste brasileiro. Na mesma pesquisa, observou-se que, em relação a progressão escolar, as crianças beneficiárias apresentam uma taxa 6% maior que as não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico. Além disso, os alunos beneficiários têm 11% a menos de chance de repetir de ano na escola do que os alunos não beneficiários (Oliveira e Soares, 2013).

Observa-se também um movimento de avaliação e reformulação das condicionalidades em países da América Latina como forma de se adequar aos desafios e preocupações locais no combater a pobreza e aumento do capital humano via educação.

A discussão sobre as condicionalidades tem presente distintas visões políticas que se relacionam com diferentes maneiras de pensar sobre a pobreza, os pobres e o como o Estado deve agir em relação a essa população. Formulado dentro de um contexto de Estado de bem-estar social e condizente com a Constituição Federal de 1988, o carro chefe das políticas sociais brasileira (Bichir, 2010) é, após mais de uma década de sua instituição, um dos programas no qual esse debate pode ser feito.

Uma das principais visões que justificam a existência de condicionalidades, além do acúmulo de capital humano (Ibarrarán et al. 2018), é a de que as mesmas possuem um caráter republicano, porque “contribuem para o processo de formação de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” (Rego e Pinzani, 2013, p.79). Nesse sentido, as condicionalidades são, para além de algo que promove um aprendizado individual, uma forma de retribuir à sociedade pela transferência.

Em relação a isso a noção de retribuição presente nos programas de transferência de renda é questionável. Um dos apontamentos feitos pela literatura indica a colocação das condicionalidades como um reforço das obrigações sociais e legais dos pais para com os filhos e a sociedade, que é a matrícula e ida à escola. Por serem mecanismos que demandam recursos humanos e materiais por parte do Estado, a verificação da necessidade de inclusão das contrapartidas é importante no debate público (Bichir, 2010).

Posições contrárias às condicionalidades, consideram que a mesma se constitui como uma “negação do direito de receber parte da riqueza socialmente produzida” (Bichir, 2010, p. 122). Ademais, ponderações são feitas a respeito da efetividade de incluí-las, considerando que seu efeito não extrapola a qualidade dos serviços públicos prestados de saúde e educação.

#### *As condicionalidades no campo*

O primeiro achado de pesquisa, decorrente das entrevistas realizadas no campo, é que todos os beneficiários do Bolsa Família tinham ciência das condicionalidades de educação. Todas as mulheres que foram questionadas sabiam que os filhos tinham que manter uma frequência alta na escola e que a permanência no programa está atrelado ao cumprimento dessa norma.

Das vinte e quatro conversas consideradas para a análise, dez famílias alegaram não ter problemas com o cumprimento das condicionalidades. As justificativas para isso estão relacionadas principalmente ao modo como as crianças e adolescentes vão para a escola. Dessas

dez famílias, sete mulheres relataram que seus filhos vão à escola sem um responsável, seja com os irmãos ou amigos da rua do mesmo turno escolar, sendo que duas das família moram na mesma rua da escola, o que torna a proximidade um facilitador importante para a presença. Duas das outras três mulheres disseram que os filhos vão de transporte escolar.

Ainda que não haja reclamações por parte dessas mulheres em relação à frequência escolar, a questão do transporte foi um destaque nesses e em outras entrevistas, por ser um elemento importante para viabilizar que as crianças cheguem até a escola. Cerca de oito das vinte quatro beneficiárias citaram espontaneamente usar ou já ter usado o valor recebido do programa para pagar transporte escolar.

As razões citadas para justificar a destinação do dinheiro, que na maioria dos casos é a única renda fixa da família, relacionam-se com a idade das crianças e com a distância entre casa e unidade escolar. Algumas mães consideram que seus filhos são muito novos para irem desacompanhados e optam pelo serviço privado para levá-los. Outras mães, cujos filhos estavam matriculados em unidades no Jardim Nakamura, pagam transporte escolar porque consideram que a distância para eles irem à pé é muito grande, uma vez que esse bairro está localizado no lado oposto da Estrada do M'Boi Mirim em relação ao território onde ocorreram as entrevistas.

Um caso em destaque sobre essa questão é o da entrevistada 10. Ela mora com seus dois filhos, marido e pais idosos. Nenhuma das pessoas que moram na casa trabalha formalmente e a única fonte de renda fixa é proveniente do programa. Seu marido faz bicos e eles se sustentam majoritariamente de doações de comida realizadas pela igreja que frequentam. O dinheiro que recebem do Bolsa Família é usado para pagar o dízimo e a perua escolar dos filhos.

Eles moram próximo à E.E. Pastor Cícero Canuto de Lima, mas como as redondezas do local é um ponto no qual há forte presença do tráfico de drogas, as crianças foram matriculadas em uma escola mais distante, onde não é possível chegar andando em dias chuvosos. Como o local não é um espaço urbano planejado, não é possível subir os degraus do escadão que precisam passar para chegar à escola quando chove porque os mesmos ficam alagados.

Algo que destaca-se sobre o uso do Bolsa Família para tal finalidade é que ele ocorre mediante a falha de outras políticas públicas que deveriam estar direcionadas para esse público. A relação entre a escola matriculada e a casa do aluno não se dá de forma adequada em todos os casos. Como o território é irregular e não planejado, os trajetos que as crianças e adolescentes precisam percorrer para chegar à escola são inadequados para o pedestre, em casos como da

entrevistada 10, ou muito longos, como o caso das entrevistadas 6, 11 e 17. Para a entrevistada 10, o uso da maior parte do valor para pagamento de transporte escolar, é um fator que prejudica o acesso a alimentação, que tipicamente aumenta com a inclusão da família no programa, aumentando a segurança e disponibilidade alimentar das crianças (Jannuzzi e Pinto, 2013). Como o benefício não é suficiente, a família recorre a atuação da igreja para suprir tal necessidade, o que retoma a importância dos laços comunitários para a proteção social dessa população, tendo em vista que o Estado falha em efetivar todos os direitos constitucionalmente garantidos.

Quatro entrevistadas tiveram o benefício suspenso por descumprir as condicionalidades. No caso da entrevistada 1, a mulher e as crianças tiveram que passar um tempo na casa da avó materna que estava doente e precisava de cuidados. Como o pai não está presente na rotina diária da família, as crianças não foram a escola durante um tempo, porque o local que estavam não era próximo para a mãe conseguir levá-los. Nos outros três casos, as famílias ficaram sem receber o Bolsa Família porque os filhos mais velhos, já adolescentes, não iam para escola e as mães não perceberam até a suspensão da transferência. A entrevistada 23, relatou que recebeu, antes da suspensão, notificações do programa que ela acredita terem sido sobre essa situação, mas como ela não é alfabetizada, ela jogava fora os papéis que recebia. A vergonha por não saber ler foi um fator importante para contribuir com a suspensão porque ela, por se sentir mal com isso, não pedia ajuda para ninguém que conhecia para saber qual o conteúdo das cartas. Esse caso pode ser um indicador de uma possível falha da formulação da política na comunicação com o beneficiário, tendo em vista taxas persistentes de analfabetismo no país e escolaridade mais baixa entre a população mais pobre.

Nas famílias das entrevistadas 14 e 15, a suspensão ocorreu porque os adolescentes fingiram ir à escola. O filho saía e voltava no horário correspondente ao seu turno escolar e outra adolescente ficava em casa quando a mãe saía para trabalhar, respectivamente. A ausência escolar nos dois casos esteve fortemente ligada à baixa atratividade da escola para crianças e jovens da periferia, algo citado pelas mães e pelas orientadoras socioeducacionais do SASF em diversos momentos durante o campo. Ambas as mães citaram que o Bolsa Família é um argumento relevante para os adolescentes não seguirem com essa prática. A mudança desse comportamento motivada pelo sentimento de culpa dos adolescentes por fazer a família perder, mesmo que temporariamente, sua renda fixa, considerando que nenhum dos beneficiários trabalham formalmente e que a normalização da situação cadastral para que a família receba o valor novamente varia podendo demorar alguns meses.

Outro ponto relevante em relação aos adolescentes é que o Bolsa Família e o acompanhamento da situação da família via aplicativo da Caixa Econômica Federal torna-se um método de controle das mães sobre os filhos. Isso é relevante porque algumas crianças têm uma liberdade de ir e vir sem nenhum responsável maior de idade desde novas, o que está relacionado também com a presença da mãe como única responsável e o abandono paterno. Como as mães precisam trabalhar, as crianças ficam sozinhas e podem transitar livremente na região que moram, o que faz com que o acompanhamento da frequência escolar seja uma garantia de um dos lugares que a criança frequentou durante seu dia.

Apesar das dificuldades enfrentadas para a manutenção da alta frequência escolar, três das vinte e quatro mulheres acreditam que as pessoas que não cumprem as condicionalidades devem ser punidas com a suspensão do recebimento do dinheiro do programa. Uma delas, a entrevistada 1, teve o benefício suspenso e essa noção de punição está relacionada com o fato dela já ter tido que cumprir essa regra. Esse incômodo com o possível não cumprimento da regra por parte de todos os beneficiários também está presente na fala das entrevistadas 6 e 8. O julgamento moral da sociedade sobre o pobreza está, em alguma medida, incorporado na fala da entrevistada 8 quando ela diz que a irmã não leva os filhos para a escola e não trabalha, o que deveria resultar na suspensão. A ausência dos dois comportamentos coloca a irmã como uma pobre não merecedora do benefício e retomam o valor absoluto do trabalho (Sennett, 2004) como único modo de vida na sociedade.

A única jovem que já tinha terminado o ensino básico foi a filha mais velha da entrevistada 23. Ela tem 18 anos e atualmente trabalha McDonald's. A entrevistada ainda comentou que a filha não conseguiu ingressar no ensino superior, sem dar mais detalhes, e que ela não tem pretensão de tentar novamente.

## 6. Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo a verificação da relevância da inclusão de condicionalidades de educação no programa Bolsa Família. Para tanto, buscou-se entender qual o efeito da formulação dessa norma nas famílias beneficiárias e qual sua contribuição para o atingimento dos objetivos do programa de alívio da situação imediata da pobreza e ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde e educação, como forma de contribuir para a superação intergeracional da pobreza.

Em relação aos objetivos secundários da pesquisa, verificou-se que a inclusão no programa aumentou os anos de escolaridade por meio da regularidade elevada pela alta frequência às aulas, gerada pelas condicionalidades (Jannuzzi e Pinto, 2013). Em relação ao trabalho infantil, foram encontrados ganhos na redução do mesmo no nordeste do país (Oliveira e Soares, 2013). Durante a pesquisa de campo, no município de São Paulo, não foi encontrado nenhum dado sobre tal temática.

Como resultado da pesquisa de campo e considerando os efeitos encontrados das condicionalidades nas famílias, pode-se dizer que o cumprimento da norma tende a ser um desafio.

As mulheres, majoritariamente únicas responsáveis pelas crianças e adolescentes, têm atribuições diversas no dia a dia. A jornadas de trabalho nas quais elas estão submetidas envolvem grandes deslocamentos diários para trabalhos informais como diarista e garçomete em eventos. O sustento da família depende dessas atividades porque o valor dado pelo Bolsa Família é insuficiente para ser o único rendimento das casas por ser um valor baixo.

A escola também parece ser uma questão. De acordo com as orientadoras e com as mães, as faltas dos adolescentes estão diretamente relacionadas com a baixa atratividade do espaço escolar. Retomando Amartya Sen (1999) e Rego e Pinzani (2013) e pensando na abordagens das capacidades, é desejável que a alfabetização e a educação sejam alcançadas, entre diversos outros fatores, para que o indivíduo seja capaz de escolher o que é ou não valoroso em sua vida. Se a escola não é atrativa, essas capacidades não são alcançadas plenamente, ainda que o Programa obrigue o aluno a frequentar o espaço.

Outra questão, mais prática, que apareceu está relacionada ao deslocamento dos alunos e a ausência de um transporte escolar público que atenda a demanda da população. Com consequência, o benefício monetário do Bolsa Família esgota-se, em alguns casos, para atender

a obrigatoriedade que o Programa criou, podendo ser um fator que inviabilize o aumento da segurança alimentar da família, conforme visto no campo.

Em relação à questão moral que está presente nos programas de transferência de renda, podem ser feitas algumas considerações. A princípio, o entendimento da pobreza como uma questão relacionada a poder político (Katz, 2013) e distribuição desigual de renda e riqueza, especialmente no Brasil, (Rego e Pinzani, 2013) torna a obrigação de contrapartidas para o programa moralmente inexistente. É possível fazer tal afirmação porque a situação socioeconômica do público alvo do Bolsa Família é resultado de um processo histórico (Rego e Pinzani, 2013) que explorou e marginalizou essa população, o que lhes daria o direito de “receber sem nada em troca”.

O recorte para ser beneficiário do programa – até R\$ 170,00 per capita – e diversos trabalhos acadêmicos, especialmente aqueles com entrevistas com beneficiários, indicam a presença de componentes como vergonha, exclusão, ausência de acesso à trabalhos não degradantes, reforçando que essa população vive numa situação que só pode ser alterada com “modificações estruturais, como programa educacionais, culturais, habitacionais, de eletrificação, etc.” (Rego e Pinzani, 2013, p.192), situação que foi vista no campo e comprovada nas fala das entrevistadas 15 e 23.

Nesse sentido, a constatação de que “a centralidade das condicionalidades no debate nacional está mais relacionada com questões políticas e de juízo de valor, baseadas na ideia de que os pobres não podem receber dinheiro do Estado sem o suor do trabalho” (Bichir, 2010, p. 88) dá possibilidade de inferir que o fator histórico e estrutural que leva a perpetuação da pobreza está suprimido no debate público sobre o tema.

O Bolsa Família apresenta bons resultados no que ao respeito ao aumento da frequência escolar, diminuição do abandono escolar, melhora do fluxo escolar e redução nos números de adolescentes fora da escola, entre outros impactos supracitados (Jannuzzi e Pinto, 2013). Porém, existem outras iniciativas que podem ser tomadas para atingir os mesmos resultados. Os dados disponíveis sobre as dependências da escola citada pelos beneficiários, Escola Estadual Pastor Cícero Canuto de Lima, mostram que não há elementos de infraestrutura completa como biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura e sala de atendimento especial (QEdu, 2019). Investir em escolas melhores passa pela noção de mudanças

estruturais na educação (Rego e Pinzani, 2013) que são fatores essenciais para acúmulo de capital humano possibilitando maiores chances de superação da pobreza.

Esse é um ponto importante para ser pensado na formulação de políticas porque não é possível pautar os problemas da população mais pobre apenas pelo critério da renda. O avanço que o Bolsa Família realizou na proteção social brasileira contribuindo para a diminuição dos índices de pobreza não deve ficar restrito ao que já foi alcançado e precisa acompanhar o momento econômico que vive o país, no qual as pessoas mais vulneráveis voltam para a pobreza (Banco Mundial, 2019).

Na educação, é necessário que os ganhos vistos se concretizem também como ganhos de qualidade, o que demanda uma ação do Estado robusta na melhoria das condições educacionais no país. Assim como melhorias na educação, é necessário também que o enfrentamento a pobreza seja multidimensional ampliando iniciativas voltadas para habitação, saúde, cultura, emprego e outras áreas que estão interconectadas.

Por fim, na discussão sobre os próximos anos do Programa, o modelo de transferência de renda poderia ser repensado no debate público, considerando que apesar de seus avanços, ele tende a fomentar a estigmatização de uma parte da população brasileira que nos últimos anos volta a crescer.

## 7. Referências

- BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 115-129, July 2010.
- BOURDIEU, P. *Sur l'État: cours au Collège de France*. Paris: Seuil: 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e assistência social*. 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Campello, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: T. Campello, & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (pp. 15-24). Brasília: Ipea. 2013
- DRAIBE, Sonia. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., and MARQUES, E., orgs. *Políticas públicas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007
- DOVOUX, N. *L'autonomie des assistés: sociologie des politiques d'insertion*. Paris: PUF, 2009
- FOUCAULT, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009
- IBARRARÁN, Pablo et al (orgs.). *How Conditional Cash Transfers Work? Good Practices after 20 Years of Implementation*. Washington: IDB, 2017.
- JANNUZZI, P de M.; RODRIGUES PINTO, A. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: T. Campello, & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (pp. 179-192). Brasília: Ipea. 2013.
- KATZ, Michael. *The Undeserving Poor: America's Enduring Confrontation with Poverty*. New York: Oxford University Press, 2013. 2ª edição.
- LEÃO REGO, W. D.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.

MARINS, M. T. A. Bolsa Família: questões de gênero e moralidades. Rio de Janeiro: Editora UFRG; Faperj, 2017

MAY, Tim. Pesquisa Social: Questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MORITZ SCHWARCZ, L. K. Dando nome às diferenças, 2001, in Eni de Mesquita Samara (org.), Racismo & racistas. São Paulo:, Humanitas, FFLCH/USP.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. “Efeito Preguiça” em programas de transferência de renda? In: T. Campello, & M. C. Neri (Orgs.). Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. (pp. 341-358). Brasília: Ipea. 2013

PAIVA, L. H.; FALCÃO, & T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: T. Campello, & M. C. Neri (Orgs.), Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. (pp. 25-46). Brasília: Ipea. 2013

SEN, A. “Well-being, agency, and freedom: The Dewey lectures 1984.” Journal of Philosophy. 82, 1985, p.169-221

SEN, A. On Economic Inequality. Expanded edition with a substantial annex by James E. Foster and Amartya Sen. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. Respect in a World of Inequality. Nova York: W. W. Norton, 2003. [Ed. Bras.: Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004]

SPINK, Peter. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 20, p. 70-77, 2008.

VALENTE, A. L. "O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional". Revista Brasileira de Educação, 2003, nº 24, set./out./nov./dez, pp. 165-182.

Vegh, Carlos A.; Vuletin, Guillermo; Riera-Crichton, Daniel; Puig, Jorge; Camarena, José Andrée; Galeano, Luciana; Morano, Luis; Venturi, Lucila. 2019. Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean : When Dreams Meet Reality. LAC

Semiannual Report;. Washington, DC: World Bank. © World Bank.  
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31483> License: CC BY 3.0 IGO

## 8. Anexos

### Roteiro de Entrevistas

1. Me conta um pouco da sua vida
  - a. Você nasceu aqui?
  - b. Você veio sozinha? – (Caso fale de imigração)
  - c. Qual seu estado civil?
  - d. Quantos filhos você tem?
  - e. Quantas pessoas moram com você?
  - f. Até que séries você estudou (e o seu companheiro/marido/etc.)?
2. Desde quando você recebe o Bolsa Família?
3. Como foi o seu cadastro?
4. Como é o seu dia a dia?
5. Os seus filhos vão para a escola? Como?
6. Eles vão para a escola regularmente?
7. Receber o Bolsa Família mudou muito a rotina de vocês?
8. As crianças frequentam mais a escola do que frequentavam antes? Você acha que isso é bom ou é ruim? Por quê?
9. Se você pudesse fazer alguma mudança no Programa, qual seria?